



notícias do

microcrédito

associação nacional de direito ao crédito

BOLETIM INFORMATIVO DA ANDC | SETEMBRO 2010 | NÚMERO 42/43

A Crise e os novos desafios

A crise que se instalou há mais de dois anos veio agravar a exclusão financeira existente e travar o seu movimento descendente - mesmo se lento - dos últimos anos.

O dinheiro escasseia no sistema financeiro e, conseqüentemente, os bancos mostram-se parcimoniosos na concessão de crédito e, quando o fazem, apertam os critérios e aplicam taxas de juro mais elevadas. O desemprego galopante bate à porta de milhares de famílias que, privadas dos rendimentos que auferiam, vão engrossar o grupo de excluídos do crédito para além de se verem confrontadas com a penhora dos seus bens adquiridos por via de crédito bancário (em particular as casas de habitação).

Esta nova situação coloca um duplo desafio às Instituições de Microfinança (IMF) como a nossa: por um lado, continuar a responder à sua população-alvo tradicional e, por outro lado, prepararem-se e apetrecharem-se para atender a uma nova população de excluídos, fruto da actual crise. É claro que o recurso ao microcrédito como forma de dar a volta à crise não será a escolha de todos, mas é certamente uma via adequada e ao alcance de muitos potenciais empreendedores vítimas da prolongada crise económico-financeira. Sabe-se que em

momentos de crise, e ao contrário do que é o senso comum, as pessoas, sobretudo aquelas que vivem situações de exclusão e de dificuldades acrescidas, têm tendência a retrair-se e a "jogar pelo seguro", ou seja, não perder os apoios - mesmo se escassos - que lhes permitem sobreviver. Assumir o risco de criar o seu próprio emprego ou um pequeno negócio só quando se fecharem todas as portas. Trata-se de um empreendedorismo de necessidade. Este é, sem dúvida, também um grande desafio.

Para corresponder a este duplo desafio, as IMF (no nosso caso, ANDC) têm que melhorar a sua eficiência e eficácia, congregar o maior número de esforços com vista a chegarem a mais potenciais empreendedores e, desse modo, poderem cumprir a sua missão central: criar empresas e combater a pobreza e a exclusão.

Os poderes públicos (nacionais e a nível da União Europeia), o sector privado, assim como o sector da economia social, têm cada um o seu papel nesta batalha gigantesca, mas aliciante. Neste Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social (2010), foram dados, tanto aqui como no resto da Europa, alguns sinais encorajadores. No futuro próximo, outros sinais

podem - e devem - ser dados, seja a nível, por exemplo, do *funding* da actividade do microcrédito, mas também no que respeita ao enquadramento legislativo apropriado ou ainda no que toca à melhoria (simplificação) do ambiente que rodeia os pequenos negócios. Estes são apenas alguns exemplos, entre outros, do longo e árduo caminho que nos resta percorrer.

Uma última nota para a decisão do Conselho de Ministros que aprovou, no passado dia 30 de Dezembro, um decreto-lei com vista à autorização da criação de sociedades financeiras de microcrédito (SFM), alterando, dessa forma, o enquadramento legal da concessão do crédito e acabando com o monopólio dos bancos nesse domínio. É de louvar esta decisão por aquilo que significa de vontade política em reconhecer o papel importante do microcrédito e facilitar a sua prática por parte de instituições não bancárias vocacionadas para tal. Aguardamos, no entanto, a publicação da respectiva regulamentação para julgar da eficácia e pertinência da forma escolhida, ou seja, sociedades financeiras. Neste momento restanos estar atentos e tentar ser parte - ou parceiro - da procura da melhor via para a expansão e sustentabilidade do microcrédito no nosso país.

Protocolo entre o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e a Associação Nacional de Direito ao Crédito

O IHRU - Instituto tutelado pelo Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território - e a Associação Nacional de Direito ao Crédito celebraram um protocolo que visa estabelecer formas de colaboração entre as partes.

Este protocolo tem como objectivo dinamizar um conjunto de acções inovadoras que possam vir a constituir-se como boas práticas, integradas na estratégia de actuação definida no quadro da Iniciativa Bairros Críticos, com vista ao reforço

da dimensão empreendedora dos territórios do Vale da Amoreira, Cova da Moura e Lagarteiro, através do desenvolvimento de acções estruturadas em função das características de cada território.

Promoção do empreendedorismo imigrante

Embora a ANDC e o ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural), por diversas vezes e desde há muito, tenham colaborado em situações pontuais, só mais recentemente, através do Projecto de Promoção do Empreendedorismo Imigrante, se formalizou essa parceria tornando-a mais objectiva e concreta. É na sequência da assinatura do acordo e do trabalho que juntos temos vindo a desenvolver que lançamos o desafio ao Director do ACIDI, Bernardo Santos e Sousa, de responder por escrito a algumas questões que lhe colocámos.

Em que medida o microcrédito é uma alavanca do Empreendedorismo e contribui para uma melhor integração dos imigrantes? Na sua opinião, o que é necessário para potenciar o microcrédito e torná-lo mais eficaz?

A experiência nacional e internacional leva-nos a afirmar que o Microcrédito constitui hoje em dia um valioso instrumento para retirar milhões de pessoas de uma situação de pobreza. Ao permitir o acesso ao crédito, a pessoas que até aqui viam essa oportunidade ser-lhes vedada, o Microcrédito permite criar novos negócios e alargar negócios existentes, produzindo por essa via riqueza para a sociedade e para o empreendedor. Esta valorização pessoal, através dos bens ou serviços produzidos, dignifica e contribui para a integração social de todos os seres humanos que nela participam.

Os imigrantes, tal como os demais cidadãos, podem encontrar no microcrédito a alavanca necessária para avançar com um pequeno negócio. Sendo fundamental para estes cidadãos garantirem um posto de trabalho, seja pela necessidade de auferir um rendimento, seja pela manutenção da sua situação regular no país, esta pode ser uma solução a equacionar.

Sendo por natureza os imigrantes pessoas com iniciativa, serão eles um público especialmente receptivo às questões do Empreendedorismo?



Por excelência os imigrantes são pessoas empreendedoras. Não se resignaram à situação em que se encontravam, decidiram tomar o futuro nas suas mãos, partindo para longe - com tudo o que isso implica - em busca de melhores condições. Nós os portugueses, com cerca de 4 milhões e meio de emigrantes espalhados por todo o mundo, sabemos bem o que isto significa. Ser imigrante é empreender uma aventura, é ter a capacidade de arriscar, é ser resiliente, é partir em busca de algo melhor... Tudo isto são características de um empreendedor, de alguém que assume o risco de criar o seu próprio negócio. Não é para todos. Implica coragem, perseverança, liderança e muito trabalho. Nesse sentido, podemos dizer que os imigrantes têm uma maior apetência para atitudes empreendedoras e, por essa via, para criarem o seu próprio negócio.

Sendo o PEI uma das grandes apostas do ACIDI no Empreendedorismo imigrante, pensa ser essa uma forma de integração dessa população? Quais os principais obstáculos? Possui o ACIDI programas semelhantes de apoio ao emprego por conta de outrem? O Programa de Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI) pretende potenciar a capacidade empreendedora dos imigrantes, sobretudo daqueles que maior dificuldade têm no acesso a programas de apoio. Não querendo substituir ou duplicar programas já existentes, o PEI pre-



Esta valorização pessoal, através dos bens ou serviços produzidos, dignifica e contribui para a integração social de todos os seres humanos que nela participam (...) que por vezes também se podem tornar uma oportunidade, por aquilo que significam de conhecimento de outras culturas e experiências, trazendo novas ideias e abrindo horizontes...

tende diminuir o fosso que muitas vezes existe entre os programas existentes e os imigrantes, em especial aqueles que se encontram em bairros mais vulneráveis e têm maior dificuldade em aceder à informação. Através deste Programa os cidadãos podem não só ter acesso a informação sobre os apoios e programas disponíveis, sejam eles locais ou nacionais, de origem pública ou privada, como também aceder a apoio especializado e a uma breve formação. Esta última pretende capacitar o empreendedor de conceitos básicos de gestão do negócio, ao mesmo tempo que trabalha a autoestima e o reconhecimento de competências pessoais, procurando num

prazo de 2 meses, através de 56 horas de formação individual e em grupo, dar as ferramentas necessárias para o formando construir o seu plano de negócios. No final da formação, é validada a sustentabilidade do projecto, assegurando por esta via, que apenas avançam negócios sustentáveis e com potencial para assegurar o seu sucesso.

Do ponto de vista da gestão do negócio, ressalvando um possível desconhecimento da língua e da cultura do país (que por vezes também se podem tornar uma oportunidade, por aquilo que significam de conhecimento de outras culturas e experiências, trazendo novas ideias e abrindo horizontes), as dificuldades que os imigrantes têm de ultrapassar são semelhantes às dos cidadãos nacionais. Porventura poderão confrontar-se com uma rede de contactos menos alargada e, por essa via, conseguir menos ajudas e soluções para ultrapassar os desafios normais de quem abre um negócio. Também a este nível o PEI pretende constituir uma mais valia. Para além da capacitação, do apoio especializado e da facilitação do acesso a programas de apoio existentes, o PEI pretende ainda desenvolver um Programa de Mentores. Trata-se de cativar empresários, gestores, profissionais das mais diversas áreas para um programa de voluntariado, a partir do qual possam apadrinhar um empreendedor imigrante, apoiando-o na concretização do seu negócio. Pretende-se que cada mentor acompanhe um beneficiário do PEI com a sua experiência, a sua rede de contactos, a sua criatividade e a sua capacidade de ouvir e estar. Isto tudo, na certeza de que os voluntários receberão, por tudo aquilo que vão vivenciar, muito mais do que o tempo que vão dar.

O PEI enquadra-se nas medidas que o ACIDI tem vindo a desenvolver para promover a integração no mercado de trabalho dos imigrantes e dos seus descendentes, em especial em bairros mais vulneráveis onde sabemos que a informação tem mais dificuldade em chegar, onde os moradores têm menor proximidade dos serviços

públicos e onde muitas vezes se sentem discriminados pelo mercado de trabalho. As Associações de Imigrantes e ONG's escolhidas para serem parceiras deste projecto, fazem parte da Rede GIP Imigrante ou do Programa Escolhas.

A Rede GIP Imigrante (GIP - Gabinete de Inserção Profissional), em funcionamento há vários anos, pretende através de uma parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e várias Associações de Imigrantes e ONG's desenvolver acções de apoio à procura de emprego em bairros vulneráveis, seja através de formação e apoio à busca activa de emprego, seja através da busca de ofertas de emprego e/ou acções de formação. Por outro lado, o Programa Escolhas, desenvolvido em parceria com entidades locais, tem vindo a absorver cada vez mais a preocupação pela promoção de uma atitude empreendedora e pela integração na vida activa. O reforço do Programa com uma nova medida ligada ao empreendedorismo juvenil e o alargamento do número de projectos, reflectem esta preocupação na nova fase do programa, entre 2010 e 2012.

Conhecendo a experiência da ANDC e sendo esta um dos parceiros do PEI, quais as expectativas do ACIDI quanto a esta parceria e à forma como poderá evoluir?

Nestas matérias a ANDC tem vindo a ser um parceiro de longa data. Quando o ACIDI abriu o Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo desenvolveu contactos para conhecer a experiência da ANDC. Do mesmo modo, quando concebemos o PEI também desenvolvemos esses contactos. No ano passado a ANDC foi membro do júri do Concurso de Ideias de Negócio (CIN), este ano reforçamos a sua participação no projecto com a assinatura de um protocolo. Está prevista a participação activa na formação dos empreendedores e sobretudo o acompanhamento e apoio especializado na criação e fase inicial dos negócios. Desta forma, o PEI beneficia de mais de uma década de prática reunida pela ANDC no apoio à criação de pequenos negócios através de microcrédito. Isto constitui, com toda a certeza, uma mais valia para o PEI e para todos aqueles que vierem a beneficiar dele!

REDE EUROPEIA DE MICROFINANÇA

Conferência anual

Londres foi a capital escolhida para o encontro anual da REM, Rede Europeia de Microfinança, que decorreu entre 23 e 25 de Junho. A ANDC foi representada por dois membros da Direcção - o Presidente, Mohamed Ahmed, e Mafalda Pais de Almeida - e ainda pelo Secretário-Geral, José Centeio.

"A Changing Europe: combating poverty, supporting enterprise", tema de base da conferência, foi o desafio proposto aos cerca de 300 delegados de vários países da UE. Muito dinamismo, muitas participações, muitas questões, numa riqueza e partilha de experiências que este tipo de conferências nos traz sempre.

Sente-se na Europa uma quebra na procura, na ordem dos 8%, sem grande explicação. Apesar da quebra, França lidera destacadamente em número de projectos apoiados. Um dos temas mais discutidos foi como dinamizar o aumento da procura, sem correr riscos. Aqui ficam algumas ideias.

Criar uma cultura de poupança aliada à cultura do crédito. Um modelo de crédito aliado a um modelo de poupança, em que o que se poupa é reinvestido na economia local, em vez de na banca tradicional (modelo das Credit Unions, Grã Bretanha).

Incentivos à poupança. Os pobres poupam duas vezes mais do que os outros. Que estratégias para aumentar a poupança? Desde sms a lembrar que é preciso poupar, até motivos novos que levem as pessoas a poupar. Exs: emigrantes sem acesso ao crédito: se abrirem uma conta poupança, o banco concede crédito; em alguns países de África, é necessário poupar 10% do montante do empréstimo.

A questão de se avançar directamente para os empréstimos: há que garantir a sustentabilidade, e para isso é necessário escala.

Outra questão é a da selecção dos investidores: como aumentamos os nossos fundos sem perder a nossa alma? Há que ser bastante selectivo com o tipo de investidores, e ser fiel ao nosso mercado alvo. O objectivo dos investidores tem que ser o mesmo das "ANDCs". O



Outra questão é a selecção dos investidores: como aumentamos os nossos fundos sem perder a nossa alma? Há que ser bastante selectivo com o tipo de investidores, e ser fiel ao nosso mercado alvo.

impacto do microcrédito na sociedade deve ser "core" no contrato com os investidores. Se os investidores não estiverem alinhados com as "ANDCs", rapidamente a actividade e os colaboradores se traduzem em números.

Acompanhamento e concessão de crédito numa mesma instituição ou águas separadas? O dilema é geral. O tema do microcrédito está muito presente na UE, e fica o pedido de que os vários países falem a uma só voz. Definam um só objectivo comum, para se poder começar a avançar com uma verdadeira política europeia de microfinança.

300 pessoas na conferência. Queremos fazer chegar o nosso produto a 6 milhões de potenciais clientes. Objectivo ambicioso, sem dúvida, mas se não formos parte da solução, somos parte do problema. Os restantes 800 milhões da Europa que não partilham ou que não têm este objectivo tão presente, são as barreiras ao nosso desafio. As palavras chave são: escala, atingir e eficácia. Temos que todos falar a uma só voz. Facebook, tweeter, blogues e internet, potentes ferramentas para chegar aos 6M de clientes. Ajustar/definir o objectivo (um só), entrar no jogo e jogar em equipa.

Se cada um dos 300 mobilizar e potenciar a sua organização e a sua rede de contactos, pessoais e institucionais, chegaremos ao máximo da nossa esfera de influência. É esse o caminho.

E agora, mãos à obra!

MAFALDA PAIS DE ALMEIDA

notícias

Delegação da REM visita Portugal

Em parceria com os seus Membros Portugueses, a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) e o Millennium bcp, a REM - Rede Europeia de Microfinança (EMN - European Microfinance Network), organizou, entre dia 10 e dia 12 de Maio 2010, pela 1ª vez em Portugal, a 11ª Visita de Intercâmbio com o objectivo de oferecer aos participantes a oportunidade de tomarem contacto com as especificidades do sector do microcrédito em Portugal. Este sector, emergente em finais dos anos 90, encontra-se agora, em fase de expansão consistente. A Delegação era composta por 16 pessoas (3 húngaros, 1 italiano, 10 albaneses e duas pessoas do Staff da REM: uma sediada no escritório em Paris e outra sediada em Bruxelas). No âmbito deste intercâmbio, os participantes, tiveram a oportunidade de contactar, ao longo do Millennium, com os parceiros institucionais da ANDC: IEFP, CGD e BES. Mas a parte mais entusiasmante e que muito agradou aos próprios, foi a visita em pequenos grupos, organizada pela ANDC, a alguns dos microempresários apoiados. Também a visita à ANDC e o convívio com os Técnicos foi um momento agradável e descontraído. No âmbito desta visita, a REM organizou um encontro com Rita Baptista, representante em Portugal das Comunidades Auto Financiadas (CAF) (www.comunidadescaf.org). Trata-se de uma experiência com origem na América Latina e que tem por objectivo a reunião de pequenos grupos de pessoas com baixos rendimentos que popupando se podem ajudar mutuamente (empréstimos no seio do proprio grupo). A importância da organização periódica destas visitas, tem a ver com o facto de permitir aos participantes tomarem conhecimento directo com o sector do microcrédito noutros países Europeus, com o intuito de partilhar conhecimento adquirido e observar o seu impacto. Trata-se de uma oportunidade para comparar práticas e metodologias, partilhar ideias e experiências, ferramentas de gestão, características do público-alvo, alternativas de financiamento, incentivos colocados à disposição pelos organismos públicos, etc. Em média, são organizadas 2 visitas por ano. A Associação Nacional de Direito ao Crédito - membro activo da EMN desde a sua fundação, tendo feito parte da Direcção até Setembro de 2008 - e o Millennium bcp - membro desta organização desde o ano de 2009 - foram os anfitriões e responsáveis pelo programa.

dinamizar os territórios, capacitar as pessoas

À semelhança da entrevista ao Director do ACIDI, deixamos também nestas páginas, através da entrevista a Susana Leitão de Sousa, Técnica do IHRU e uma das responsáveis pela Coordenação da Iniciativa Bairros Críticos (IBC), umas pinceladas sobre o trabalho desenvolvido nesses territórios e a parceria com a ANDC.

A Iniciativa "Bairros Críticos" (IBC) envolve vários parceiros, diferentes na sua abordagem ao território e nas suas metodologias, que avaliação faz da experiência no Vale da Amoreira e na Cova da Moura? Quais as principais dificuldades sentidas e quais os maiores êxitos?

A Iniciativa "Bairros Críticos" é uma iniciativa interministerial que pretende promover uma abordagem territorial integrada. De facto, entre os seus aspectos chave destaca-se uma forte coordenação estratégica, com uma co-operação interministerial e com uma forte ancoragem na construção colectiva de planos de intervenção (intersectoriais/integrados) - focalizados nos territórios e nos seus diagnósticos, desenhados a nível local pelo conjunto de entidades que intervém no território.

Esta questão tem-se verificado ser de enorme importância na consolidação/reforço das dinâmicas territoriais existentes, na sua focalização nos problemas e necessidades dos territórios, e na capacidade de se procurar a inovação e maior flexibilidade no modo de abordagens das políticas públicas mais sectoriais.

Importa destacar que estas novas formas de abordagem dos territórios implicam

1) por um lado, constantes processos de negociação e refocalização do sentido da acção, obrigando a transparência nos sistemas de comunicação, a ganhos de confiança nos processos e a cedências por parte de diferentes actores, não sendo (como tal) processos

sempre consensuais; Implicam assim, também

2) mudanças organizacionais na forma de estar em rede, que nem sempre acompanham o ritmo dos seus interlocutores; e

3) processos de aprendizagem colectiva, nomeadamente ao nível do assumir do risco e da incerteza

O destaque para esta questão prende-se com o facto de se reconhecer, actualmente, alguma benevolência relativamente ao tempo dos processos (ao nível do planeamento/calendarização realizado em 2006), de que se pautou a construção dos protocolos de parceria. Ou seja, e embora toda a nossa avaliação (ainda que subjectiva, dado que está em curso uma avaliação externa) seja positiva, podemos desde já assumir que o calendário proposto



Também as questões inerentes ao funcionamento da administração pública, pouco flexível à adopção de procedimentos e circuitos de "excepção" em situações de projecto, revelou-se como uma condicionante no conseguir das condições necessárias para a implementação das acções..."

para a intervenção não foi muito realista. Este aspecto levou a que, em algumas acções, possa ter existido, em determinada fase, alguma desmotivação por parte dos parceiros.

Contudo, parece-nos que actual-

mente (na generalidade das situações), esta questão está já ultrapassada, estando as acções a decorrer numa velocidade de 'cruzeiro'.

Em termos de dificuldades, esta quebra de expectativas, constitui-se, em determinada fase, como um constrangimento adicional, à implementação da intervenção, obrigando a novos reforços no ganho de confiança nos processos. Também as questões inerentes ao funcionamento da administração pública, pouco flexível à adopção de procedimentos e circuitos de 'excepção' em situações de projecto, revelou-se como uma condicionante no conseguir das condições necessárias para a implementação das acções (por exemplo, ao nível da contratação das equipas).

Contudo, e apesar destes constrangimentos, o balanço assume-se claramente como positivo, pois é actualmente visível:

- a) a capacidade de alavancagem de novos recursos, que o facto de se envolver os vários serviços da administração pública central possibilita;
- b) a capacidade para disseminar uma metodologia que processos deste tipo ganham, por terem uma base inter-ministerial;
- c) a expectativa de maior sustentabilidade que o envolvimento deste tipo (a par com o modelo de financiamento) possibilita; e
- d) a capacidade de fazer mudar as organizações e as estruturas, muito embora sejam processos necessariamente lentos ('mudar é difícil!!!') cujos resultados só agora começam a ter alguma visibilidade.

A experiência de alavancagem dos produtos da IC EQUAL, a articulação com a ANDC, a subscrição da candidatura ao QREN para o Vale da Amoreira por 14 entidades parceiras, protocolos atípicos com o IEF, a própria complementaridade com iniciativas do IHRU nos territórios ou a flexibilização de algumas respostas dos programas na-

cionais dos diferentes ministérios envolvidos, são exemplos que ilustram, alguns dos 'adquiridos' conseguidos por este forte envolvimento inter-institucional local e central.

Pensa que o trabalho que está a ser desenvolvido é suficientemente sólido para que possa garantir a continuidade das iniciativas desenvolvidas e despoletar outras?

Tal como referi no ponto anterior, os resultados mais expressivos/visíveis da intervenção só agora começam a ganhar expressão, pois a adopção de uma metodologia deste tipo implica uma forte animação territorial e institucional, prévia à implementação das acções.

Importa referir que o objectivo de garantir a continuidade das iniciativas centraliza muita da actividade das equipas junto e com as entidades que localmente trabalham no território (que já lá estavam e que e lá ficarão após o fim da Iniciativa). Neste sentido, o objectivo primordial (e que é uma dos aspectos em teste com esta intervenção experimental) é de avaliar até que ponto a adopção deste tipo de metodologias de intervenção e de financiamento concorrem para que a sustentabilidade e continuidade das iniciativas possa ocorrer.

No sentido de se consolidar a sustentabilidade deste tipo de iniciativas foi considerado como fundamental:

- 1) o criar um consenso em torno dos problemas e oportunidades dos territórios (visão conjunta);
- 2) a existência prévia de um plano de acção colectivamente construído, que se focalize no território e na operacionalização da visão sobre o mesmo (gerando compromissos para a acção);
- 3) a co-responsabilização dos vários actores na viabilização financeira e material do plano de acção construído (modelo de multi-financiamento adaptado à acção, em

lugar de uma única fonte de financiamento); e

4) o trabalhar a implementação da acção pensando logo na sua sustentabilidade futura

Mas importa também considerar que o desenvolvimento e a operacionalização dos planos de acção integrados e concertados, mesmo com estas prioridades, não se faz:

- a. de forma espontânea;
- b. sem uma estrutura externa de animação e mediação territorial e institucional, que garanta a manutenção da participação e da co-responsabilização de todos os actores; e
- c. que essa animação precisa de algum tempo de 'maturação'.

Assim, e embora a avaliação seja no sentido de que se está a desenvolver um trabalho que irá viabilizar a continuidade das iniciativas desenvolvidas e o despoletar de outras, considera-se que este é um trabalho que continua a exigir persistência e alimentação constante, e que apresenta graus de maturidade diferente dependendo dos territórios.

De qualquer maneira, a IBC tem uma duração prevista até Dezembro



"A disponibilidade da ANDC em avançar para os territórios da IBC de forma mais próxima, pode constituir-se como um importante projecto-piloto (para as diferentes entidades envolvidas) para se aferir de lições para o futuro..."

de 2013, havendo ainda muito trabalho a desenvolver neste sentido, e com ele a esperança de ganhos substantivos e consolidados para a sua maturação.

Quais as vertentes do projecto IBC que têm maior adesão da população nestes territórios?

A adesão da população às acções definidas pelos parceiros para os Planos de Acção da IBC, variam consoante o território em análise, pois

tratam-se de planos de acção distintos e focalizados nas necessidades específicas de cada território, com níveis de desenvolvimento diferenciados. No entanto, e de um modo global, parece-me que se pode identificar que as áreas artísticas (nomeadamente as que 'apelam' para uma formação mais qualificante e para uma partilha de experiências) e todas as questões associadas à formação/emprego/empreendedorismo têm tanto na Cova da Moura como no Vale da Amoreira uma adesão expressiva, ainda que com níveis de impacto diferenciados.

Assim, e tentando-se identificar algumas das questões específicas de cada contexto territorial,

✓na Cova da Moura, ganham particular adesão

- todas as acções associadas com a questão da requalificação urbanística do território e da regularização da situação fundiária;
- toda a dinâmica de formação/qualificação;
- toda a dinâmica ao nível das questões do empreendedorismo;
- Mais recentemente, e com o apoio de um recurso humano

especializado, têm vindo ainda a ganhar maior expressão/adesão toda a dinâmica artística de intervenção junto dos jovens, começando-se a criar a 'massa crítica', para futura utilização do espaço âncora.

✓ No Vale da Amoreira, as acções que mais tem mobilizado a população são:

- As acções de âmbito artístico (seja por via das formações não formais; da formação qualificante; da articulação com as escolas ou da reabilitação urbanística do território). Estas têm já assegurada uma consolidação e uma dinâmica expressiva ao nível da população, estando envolvidos na construção das acções as parcerias formais da IBC mas também os colectivos artísticos do território;
- todas as questões associadas à formação e à inserção profissional, através da implementação das metodologias de percursos integrados, que garantem uma maior taxa de inserção profissional;
- também, embora com menor expressão, as dinâmicas associadas à reabilitação dos espaços



públicos que procuram mobilizar os moradores na redefinição urbana dos espaços a reabilitar; e

- uma área que começa agora a ser reforçada em termos de dinâmicas de adesão que se prende com o reforço e potenciar das sinergias entre as dinâmicas artísticas, as de qualificação e inserção profissional e as de promoção do potencial empreendedor.

No contexto desta intervenção, importa, contudo, dar nota que na metodologia de intervenção da IBC, enquanto tal, o envolvimento da população conta sempre com um reforço da participação activa das organizações locais, do seu compromisso com o plano de acção e do potencial de desenvolvimento e focalização de intervenções conjuntas.

Na sua opinião, enquanto técnica da estrutura de coordenação, em que medida o microcrédito poderá ser um instrumento de inclusão? Como poderá ser potenciado?

Tendo presente a expressão que as dinâmicas de formação e promoção do empreendedorismo assumem nestes territórios, parece-nos que o microcrédito poderá constituir-se como uma importante ferramenta de trabalho, como forma de potenciar algumas das dinâmicas da população. Aliás, o microcrédito é, por definição, um instrumento de inclusão, mas que pode ser ainda mais potenciado por forma a evitar alguns efeitos não previsto ou não pretendidos.

A percepção destes efeitos não desejáveis é clara, na posição da

ANDC, ao avançar com a intenção de aproximação aos territórios e aos potenciais empreendedores, e no seu envolvimento numa rede alargada de parceiros, por forma a procurar-se ultrapassar algumas das limitações existentes, trabalhando em rede; procurando estratégias para se garantir um acompanhamento de proximidade e continuidade aos empreendedores e identificando constrangimentos nos circuitos e modos de os minimizar ou ultrapassar.

Importa, no entanto, não deixar de ter presente que a experiência demonstra em geral, ao nível do tecido económico português, que as questões do empreendedorismo e da criação do próprio negócio têm de ser assumidas com a clara noção da capacidade de resposta que potenci-

am, mas sobretudo, da capacidade de proactividade dos envolvidos, em que se podem vir a traduzir, mesmo que sem tradução directa na criação do próprio negócio. Ou seja, é necessário ter a noção que a criação do próprio negócio (via micro-negócio) responde a algumas situações de desemprego, mas não pode ser assumida como uma ferramenta de combate ao desemprego em escala.

Neste contexto, o microcrédito, à semelhança de outras ferramentas e metodologias de trabalho (nomeadamente das da IBC), carece de alguma complementaridade com outras dinâmicas de intervenção, supervisionadas por monitorização constante. Tem sido este aliás a relevância do trabalho da ANDC que identifica a própria necessidade do contacto com os empreende-



Visita à ADIE

No âmbito das visitas peer-to-peer propostas pela Rede Europeia de Microfinança (REM), a ANDC visitou a Association pour le Droit à l'Initiative Économique (ADIE) nos passados dias 15 e 16 de Abril. Fizeram parte da visita o Secretário-Geral, José Centeio, e o Gestor Operacional, Gonçalo Moita. À ANDC tinha, à partida, quatro objectivos:

1. Perceber a evolução da ADIE nos últimos anos, nomeadamente a sua adaptação à evolução do microcrédito em França, sobretudo no que se refere à sustentabilidade da área do crédito concedido pela própria ADIE;

2. Perceber o tipo de acompanhamento, feito essencialmente por voluntários, enquanto serviços independentes da concessão de crédito;

3. Questões essenciais do estatuto do microempresário e outras afins;

4. Meios requeridos de suporte à estratégia, nomeadamente produção de indicadores de controlo, de desempenho e de produtividade. Foram dois dias de trabalho intenso, em que tivemos oportunidade de nos reunir com vários departamentos (Operações e Desenvolvimento, Informática, Recrutamento e Formação de Voluntários, Marketing, Auditoria e Controlo e Lobbying) e cuja experiência foi para nós muito enriquecedora. Permitiu-nos uma outra percepção sobre a estratégia da ADIE, sobre as dificuldades e sobre os meios pensados para a sua implementação. Embora de uma forma assaz sintética, deixamos aqui as principais conclusões da visita.

1. Ideia muito clara da missão, do tipo de actividade e da população-alvo;

2. Importância da estratégia a médio prazo, das etapas necessárias e dos meios envolvidos, sem esquecer os recursos humanos;

3. Face à evolução do microcrédito nos países desenvolvidos é imprescindível a diferenciação pela qualidade dos serviços prestados;

4. Importância fundamental do acompanhamento, com a oferta de serviços diferenciados de qualidade que permitam o sucesso dos micro-negócios. Importância dos voluntários nesta área;

5. Separação clara entre o crédito, que deve ser sustentável, e o acompanhamento que deverá continuar a ser apoiado por programas públicos e parcerias privadas; o grande desafio para estas organizações é o de tornar perene a actividade de crédito sem perder de vista a população-alvo, sobretudo tendo claro que se trata de um instrumento de inserção;

6. Importância do lobbying permanente junto dos poderes públicos no sentido de sensibilizar e influenciar as decisões.

7. Importância do estatuto do microempresário e da lei da modernização da economia (onde são contempladas de forma muito clara as microempresas e o auto-emprego) no sentido do desenvolvimento do microcrédito e aumento da criação de microempresas.

Esperamos que estas conclusões possam, de alguma forma, ser ponto de partida para a reflexão de cada um e também para a reflexão colectiva da própria ANDC.

dores se iniciar numa fase preliminar, em lugar de se realizar apenas na fase de avaliação do financiamento. No caso do Vale da Amoreira, a intervenção da ANDC inicia-se numa fase precoce, com grupos de pessoas que estão ainda num processo de definição do seu percurso, podendo decidir-se pela inclusão em mercado de trabalho por conta de outrem, pela formação ou qualquer outra resposta que não o próprio negócio, pelo que os técnicos da ANDC, em colaboração com outros parceiros têm estado a testar um novo programa.

A disponibilidade da ANDC em avançar para os territórios da IBC de forma mais próxima, pode constituir-se como um importante projecto-piloto (para as diferentes entidades envolvidas) para se aferir de

'lições para futuro...' sobre o modo como as dinâmicas locais/territoriais, as dinâmicas de inserção profissional e das dinâmicas de desenvolvimento económico podem ser valorizadas na sua complementaridade e potenciadas com a existência de um instrumento e metodologia de trabalho como o do microcrédito. Claro está que, como em qualquer projecto experimental, as soluções não surgem pré-formatadas, carecendo da sua adequação aos contextos específicos a que se aplicam, bem como, em simultâneo, da respectiva monitorização.

A experiência resultante desta articulação (ainda que recente) permite já identificar alguns aspectos a desenvolver que poderão ajudar a potenciar este instrumento de



Considera-se que este é um trabalho que continua a exigir persistência e alimentação constante, e que apresenta graus de maturidade diferente dependendo dos territórios.

'intervenção', bem como identificar alguns perfis/características que já se verificaram potenciarem a intervenção. Por exemplo, algumas questões associadas aos circuitos e articulação com os bancos que apoiam o microcrédito, circuitos de comunicação no processo e mesmo uma melhor consciência do tipo de perfis e competências técnicas associados a estes processos.

Como vê o trabalho desenvolvido na ANDC nesses territórios e quais as expectativas quanto à evolução futura?

No âmbito da IBC, a articulação e entrada da ANDC nos territórios da iniciativa é um aspecto de extrema importância, pois tal como já referi, a IBC mais que entidade executora, assume (ou pretende... assumir-se) como uma estrutura de animação territorial e institucional, procurando alavancar para os territórios as entidades que, efectivamente, têm as competências e os recursos para responderem às necessidades dos territórios.

Neste sentido, a disponibilidade da ANDC para ter uma maior presença e articulação com as estruturas locais de apoio ao emprego (seja por conta de outrem ou através da criação do próprio posto de trabalho), a par com a disponibilidade dessa Associação para ir aferindo e ajustando metodologias e perfis de técnicos para o exercício das funções, tem-se revelado da maior importância, e condição fundamental para a sustentabilidade da intervenção.

Em termos da intervenção concreta nos territórios, o trabalho dos técnicos da ANDC tem permitido reforçar uma maior articulação interinstitucional entre as organizações parceiras da IBC e a Associação, situação que poderá conferir maior eficácia e sustentabilidade a este tipo de acções.

Paralelamente, este trabalho de maior proximidade e o contexto experimental em que surge, tem, simultaneamente, permitido identificar algumas questões que se apresentam como desafios para o desenvolvimento e qualificação desta actividade. Estes novos desafios tem surgido, por exemplo, frequentemente associadas às questões dos procedimentos; à identificação de perfis/competências técnicas necessários ao desenvolvimento deste trabalho de maior proximidade e continuidade; à necessidade de reforço de um trabalho de proximidade a cada situação individual; à construção de instrumentos de apoio ao empreendedor; co-construção de metodologia de intervenção, numa fase anterior à decisão do indivíduo, em relação ao seu próprio percurso individual.



MANUEL ALMEIDA BARBEIRO | PAÇOS DE FERREIRA

Mudar de vida, aos 50

Quando saí deram-me cem euros. Disseram que era para os primeiros meses e para eu refazer a minha vida. É verdade, eles não têm culpa do que eu fiz, mas não dá! Depois, há que arranjar onde ficar e procurar emprego. Quem não consegue e não tem cabeça, pode voltar para o crime; vai ter de roubar para sobreviver e acaba novamente na prisão".

Manuel Almeida saiu da cadeia de Paços de Ferreira e tem como visita de casa alguns dos guardas prisionais com quem passou os últimos doze anos da sua vida. Mesmo esses não acreditavam que ele conseguisse dar a volta por cima e chegar onde chegou.

Não gosta de falar do que aconteceu. Sinto-lhe a voz embargada e os olhos no chão. "Meti o pé na poça e fui detido. Tráfico de droga...", responde baixinho para rapidamente acrescentar que hoje já não o voltaria a fazer: "Há os que matam, mas aquilo também mata e desgraça, e eu colaborava para que aquela gente se transformasse em trapos. Não gosto de falar nisso, desculpe". Manuel sente vergonha do que fez. Agora, aos cinquenta anos, mudou de vida: da noite do Porto, passou a barbeiro.

"Lá dentro vende-se tudo. Umas sapatilhas que cá fora custam cento e cinquenta euros, lá dentro vendem-se por dez. Não amealhei nada, porque o dinheiro não dava sequer para o tabaco. Eu ganhava cinquenta euros por mês!" Manuel sempre soube que quando saísse estaria praticamente sozinho. Mas não queria ficar parado ou voltar para trás das grades. Por isso, quando deixou a prisão, já tinha começado a preparar o regresso à liberdade. Com a ajuda de um guarda da GNR, conheceu uma contabilista que o apadrinhou ainda na cadeia. "Ninguém faz aquilo que a Rosinha fez por mim. Nem uma mãe!" O preso "número 270" confessa que chegou a ser alguém de mal com tudo e com todos, até com a vida.

Pouco antes de terminar a pena, Manuel conheceu Marlene, a ajudante de cozinha da prisão, e apaixonaram-se. Os pais dela não aceitaram a relação e expulsaram-na de casa - a ela e à neta.

Cá fora, a sociedade não lhe dava créditos e nos bancos, os pedidos de empréstimos abortavam quando ele escrevia a palavra 'presidiário'. Foi então que a Rosinha se decidiu pelo microcrédito, conseguindo cinco mil euros para que o Manuel recuperasse uma cozinha velha e a transformasse em barbearia. Depois veio mais um reforço de outros cinco mil. Os olhos brilham quando fala de tudo o que conseguiu após ter virado costas aos portões da cadeia: "Realizei o meu sonho! Tenho uma vida digna! Parece que não, mas dez mil euros dá para muito. Pelo menos, para mim deu".

O barbeiro de Frazão, em Paços de Ferreira, orgulha-se de todos os passos que deu, por um lado, porque diz ter conseguido mais do que planeava, por outro, porque provou que estavam errados todos aqueles que não acreditaram nele.

Dois anos depois de sair da cadeia, Manuel Almeida está integrado na sociedade, relaciona-se com facilidade e é muito respeitado na aldeia. Os sogros, que antes o rejeitaram, deram-lhe uma casa para ele viver com a filha e para transferir para lá o negócio. Apesar dos doze anos na cadeia, Marlene diz que ele é um homem calmo, meigo e compreensivo: "Inicialmente tive medo, mas decidi dar-lhe uma oportunidade a ele e acabei por dar também a mim". O sogro garante que o genro é agora um "homem de linha"; a sogra diz ter muito orgulho no Manuel: "Ele estima-me! Antes não o conhecia, era um preso".



Texto e foto retirados do livro "RETRATOS, 10 ANOS DE MICROCRÉDITO EM PORTUGAL", comemorativo dos 10 Anos da ANDC, o qual pode adquirir na ANDC Lisboa ou Porto por apenas 15 €. Esta é uma forma de contribuir para a Associação e para o desenvolvimento do Microcrédito. Sublinhe-se ainda o facto de este ter sido o texto escolhido para fazer parte de uma publicação, editada pela Rede Europeia de Microfinança (REM) neste Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão, da qual fazem parte uma seleção de 28 histórias de sucesso das várias organizações membros da REM.

LUÍS CASTRO TEXTO

NELSON D'AIRES FOTOGRAFIA

**ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE DIREITO
AO CRÉDITO**

Projecto apoiado pelo IIEFP
- Instituto do Emprego
e Formação Profissional

N.º Azul: 808 202 922

<http://www.microcredito.com.pt>

Praça José Fontana, 4-5º andar 1050-129 Lisboa
Telf 21 315 62 00 | Fax 21 315 62 02

E-MAIL: microcredito@microcredito.com.pt

Rua Júlio Dinis, 728 - 2º Sala 226 - 4050-321 Porto
Telf/Fax 22 600 28 15

E-MAIL microcredito@microcredito.com.pt

Proprietário e Editor:
Associação Nacional de Direito ao Crédito
Director:
Rui Gonçalves
Tiragem:
4 000 exs.
Sede da Redacção:
Praça José Fontana, 4- 4º andar 1050-129
Lisboa
Design e paginação:
Alemtudo@sapo.pt
Tipografia:
Multitom, lda
Complexo Industrial Moinho Vermelho -
Armaz Norte -
2645-041 ALCABIDECHÉ